

Prefeitura quer cobrar da Caixa Federal valor da multa do vazamento dos contracheques

Montenegro - “Gostaríamos de uma noção do que teremos que enfrentar até o final do ano”, definiu o Vereador Joel Kerber (PP), como uma das finalidades da reunião na Câmara, solicitada por ele para discutir o impacto financeiro das condenações judiciais contra a Prefeitura, que o Município vai ter que arcar. O encontro também teve a participação do Procurador Geral do Município, Marcelo Augusto Rodrigues, de Tânia Elisa da Motta Brum, Contadora da Secretaria Municipal da Fazenda, e do Vereador Valdeci de Castro (PSB). “É difícil precisar quantas serão as condenações, este ano, mas algumas nos preocupam como a do dano moral, pelos contracheques”, frisou o Vereador.

Relacionou também o caso das multas ambientais, “como uma em que o Município terá que pagar mais de cem mil reais, que originalmente era de pouco mais de cinquenta mil”. Na visão de Kerber, este volume de condenações acaba atrapalhando o Orçamento,

o PPA. O Procurador explicou que, “com relação às questões ambientais, o Município tem a possibilidade, em tempo hábil, de pedir que até noventa por cento da multa ambiental seja repassada ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - Condema. O dinheiro não sairia dos cofres, sairia de um local para outro”.

Quanto à multa, Marcelo informou que o Município está discutindo-a: “entramos com uma ação de inexigibilidade de débito e pedimos, em liminar, que o Estado não nos coloque em nenhum Banco de restrição de crédito, como a Serasa, o Cadin”.

O caso dos contracheques foi caracterizado pelo Procurador como “um insucesso que o Município terá que arcar”. Disse que a Procuradoria está elaborando “uma forma proativa de entrarmos regressivamente contra a Caixa Econômica Federal. Uma Ação junto à Justiça Federal, para tentarmos nos ressarcir deste valor das condenações que estão vindo”.

Destacou: “estamos, de todas as formas tentando atenuar este prejuízo ao erário, neste momento de acentuada crise em todo país, sendo que estamos numa cruzada visando contenção de despesas, de racionalizar os serviços públicos, para que possamos chegar ao final do ano em uma condição razoável.

Não estamos, de forma pacífica, aceitando as condenações. Vamos discutir e buscar os ressarcimentos e, interna e externamente, buscar a apuração de responsabilidade, também dos servidores, se houver a participação de algum servidor”.

Por fim, a Contadora da SMF comentou que o Município já paga várias questões judiciais, bloqueios judiciais, Restituições de Pequeno Valor (RPV) e precatórios. “Estão reservados no Orçamento Municipal em torno de oitocentos mil reais, todo ano, para pagar, sendo que até agora já passou de quinhentos mil reais o que foi pago”, disse.